

# A PRODUÇÃO NECESSÁRIA DAS INTELECTUAIS FEMINISTAS AFRICANAS NO CAMPO DOS ESTUDOS DE GÊNERO E A AGÊNCIA DO CODESRIA

Michelle Cirne\*

## Resumo

O artigo traz a produção de algumas das intelectuais africanas que se inserem no campo dos estudos feministas e que contribuem para refletirmos sobre o modo como as questões que dizem respeito às mulheres das diversas sociedades africanas são invisibilizadas tanto no interior do campo dos estudos de gênero quanto nos chamados estudos africanos. Diferentes concepções de gênero e papéis familiares, além da posição das mulheres nas discussões sobre o desenvolvimento, são algumas das questões levantadas pelas autoras estudadas.

**Palavras-chave:** Ciências Sociais; Feminismo; África.

## Abstract

### THE NECESSARY PRODUCTION OF THE AFRICAN FEMINIST INTELECTUALS IN THE GENDER STUDIES FIELD AND THE CODESRIA AGENCY

The article brings the production of some of the African intellectuals who are part of the field of feminist studies and who contribute to reflect on the way in which the issues that concern the women of the diverse African societies are invisible both inside the field of studies of gender and in the so-called African studies. Different conceptions of gender and family roles, as well as the position of women in the discussions on development, are some of the issues raised by the authors studied.

**Keywords:** Social Sciences; Feminism; Africa.

Este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado que contou com financiamento da FAPESP e mapeou a produção recente de ciências sociais realizada pelos intelectuais africanos e africanas, através do CODESRIA

– Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais de África (CIRNE, 2016). Uma das questões que perpassaram a pesquisa foi a de compreender as possibilidades de produção do que é conhecido

---

\* Doutora em Antropologia Social pela USP e docente do IHL/UNILAB. E-mail: [michelle.cirne@unilab.edu.br](mailto:michelle.cirne@unilab.edu.br)

como “conhecimento endógeno” – quais os caminhos possíveis para criações originais nos estudos teóricos das humanidades feitos pelas intelectuais africanas e africanos, que passa pela articulação de suas experiências culturais de origem e a imersão no cânone acadêmico ocidental. Na vastidão desse universo de estudo, dediquei algumas páginas à produção de algumas das intelectuais africanas que trabalham com temáticas feministas, que apresento neste artigo.

## Feminismo africano e a problemática de gênero

Tendo as teorias feministas nascido primeiramente no hemisfério norte, as intelectuais africanas que trabalham com o tema buscam produzir análises voltadas às realidades africanas e que considerem os fenômenos do colonialismo e do racismo, ausentes no feminismo branco ocidental.

Em relação às perspectivas feministas nas ciências sociais africanas, alguns dos nomes que se destacam no CODESRIA são os de Oyeronke Oyewumi, Amina Mama, Fatou Sow e Ayesha Iman, estas três últimas organizadoras da obra *Engendering African Social Sciences* (1997), editada pelo CODESRIA. O antropólogo francês Jean-Loup Amelle considera que esta obra, assim como a realização de uma oficina intitulada “A análise de gênero e as ciências sociais africanas”, em 1991, no CODESRIA, “representaram uma etapa importante no longo e difícil processo de reconhecimento dos estudos feministas e de gênero no seio da comunidade, essencialmente masculina, dos pesquisadores africanos” (AMSELLE, 2008, p. 104). O CODESRIA considera positivamente estar na sua quarta presidenta da instituição (Zenebeworke Tadesse 2003-2005, Teresa Cruz e Silva 2005-2008, Fátima Harrak

2011-2015 e Dzodzi Tsikata, eleita na última Assembleia Geral), mas sabendo que o cargo da presidência tem um caráter mais administrativo, podemos perguntar quando a instituição terá uma intelectual no cargo da Secretaria Executiva, de caráter mais estratégico.

Oyeronke Oyewumi é nigeriana, socióloga e professora na Stony Brook University, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Oyewumi escreveu um artigo intitulado “*Conceptualising gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies*” (OYEWUMI, 2004), no qual afirma que a marca da modernidade é a expansão da Europa e a hegemonia deste continente e dos Estados Unidos sobre todo o planeta, e em setor algum isto é mais profundo do que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, a história, as sociedades e as culturas. Para Oyewumi, este contexto da produção de conhecimento precisa ser considerado quando se busca compreender as realidades africanas e a própria condição humana (ibid., p. 1).

A autora questiona os conceitos usuais das teorias de gênero por serem baseados em um modelo europeu de núcleo familiar – para ela, qualquer estudo sério que pretenda conhecer o que é “gênero” nas realidades africanas deve interrogar os conceitos predominantes e as abordagens teóricas dessa linha de estudos. Logo, o objetivo do seu texto é refletir sobre como a pesquisa no continente africano pode ser mais informada pelos interesses e interpretações locais e como as experiências das formações sociais africanas podem ser incorporadas na construção de uma teoria geral de gênero.

Na análise de Oyewumi, o interesse das feministas ocidentais estava em transformar o que elas percebiam como problemas priva-

dos em questões públicas. Através do viés da sociologia do conhecimento, buscando identificar a identidade social, as preocupações e os interesses das investigadoras, demonstra-se como as experiências das mulheres do hemisfério norte geraram as questões, os conceitos e as teorias das pesquisas de gênero. Para Oyewumi, o maior problema em uma perspectiva de estudo feminista seria assumir como universal a categoria de “mulher” – e sua subordinação – formada nessa ótica ocidental. A autora chama a atenção para o fato de a própria categoria “gênero” ser, antes de tudo, uma construção social (ibid., p. 2).

Oyewumi propõe questões para aprofundar o pensamento na perspectiva feminista, tais como “em que extensão as análises de gênero revelam ou ocultam outras formas de opressão?”, ou “quais situações de mulheres o conhecimento feminista teoriza de forma adequada?”, e ainda “quais grupos particulares de mulheres são teorizados?”.

Para a socióloga, uma das mais importantes críticas sobre as teorias de gênero provém de intelectuais afro-americanas que demonstram que, pelo menos nos Estados Unidos, “gênero” não pode ser considerado separadamente das categorias de raça e classe; e que há a necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão quando as desigualdades de raça, gênero e classe são evidentes. “A categoria gênero não pode ser abstraída do contexto social e de outros sistemas hierárquicos” (ibid., p. 3).

A análise de Oyewumi sobre os conceitos das teorias de gênero mostram que eles emergem da ideia de “núcleo familiar” (ocidental) – que é ao mesmo tempo uma configuração institucional e espacial – composto de uma esposa subordinada, um marido patriarcal, e crianças. Um núcleo de apenas uma família na qual a união conjugal é o

centro – uma estrutura que promove “gênero” como uma categoria natural e inevitável, sem categorias transversais que sejam desprovidas desta genericização. Para Oyewumi, esta configuração espacial da família nuclear como um espaço isolado é fundamental para compreender as categorias conceituais das teorias de gênero (ibid., p. 4). O problema, para a autora, não é a compreensão feminista começar através da família, e sim nunca transcender o confinamento estreito da família nuclear. As teorias feministas universalizam a experiência de família e maternidade a partir da família nuclear e a tomam com um fato dado, “portanto alargando as fronteiras de sua bem limitada forma euro-americana para outras culturas que possuem diferentes organizações familiares” (ibid., p. 5).

No continente africano, afirma a autora, a família nuclear permanece algo estranho, mesmo com sua promoção pelos Estados coloniais e neocoloniais, pelas agências de desenvolvimento internacionais, por organizações feministas e ONGs. Oyewumi pesquisou o que ela chama de “tradicional família ioruba”. Este modelo familiar pode ser descrito como não-generizado, pois os papéis no interior dos laços de parentesco não são diferenciados por gênero, e sim têm como princípio fundamental de organização a senioridade. Segundo Oyewumi, “ao contrário de gênero, que é rígido e estático, o princípio da senioridade é fluido e dinâmico” (ibid., p. 5). Nessa formação social, não há palavras que designem menino ou menina, e sim a palavra *omo*, que designa prole, descendência. A palavra *oko*, significando esposo/esposa, também é usada para os dois sexos (a autora chama a atenção para o fato de, nas traduções para o inglês, *oko* aparecer como *husband*, assim como *iyawo*, que tem o significado de noiva, ser traduzida como *wife*).

Ainda segundo Oyewumi, outros estudos sobre os laços de parentesco em determinadas formações sociais africanas mostram que – ao contrário da família nuclear, modelo ocidental europeu que tem o centro conjugal como princípio (uma dupla) – a linhagem é que é considerada a família, como na região da África Ocidental pesquisada pela antropóloga Niara Sudarkasa, citada por Oyewumi. “*The lineage is a consanguinally-based family system built around a core of brothers and sisters – blood relations*” (ibid., p. 6). Nas palavras de Sudarkasa:

*upon marriage, couples did not normally establish separate households, but rather joined the compound of either the bride or groom, depending on the prevailing rules of descent. In a society in which descent is patrilineal, the core group of the compound consisted of a group of brothers, some sisters, their adult sons, and grandchildren. The core of the residential unit was composed of blood relatives. The spouses are considered outsiders and therefore not part of the family (1996: 81). (SUDARKASA, apud OYEWUMI, 2004, p.6).*

No caso dos iorubás, os filhos de uma mesma mãe são agrupados como *Omoya*, os “irmãos de ventre”, e não são generizados. Oyewumi explica:

*because of the matrifocality of many Africa family systems, the mother is the pivot around which familial relationships are delineated and organized. Consequently, omoya is the comparable category in Yoruba culture to the nuclear sister in white America culture. (...) Omoya also transcends households; because matrilineal cousins are regarded as womb-siblings and perceived to be closer to one another than siblings who share the same father and who may even live in the same household. Omoya locates a person within a socially recognized grouping and underscores the significance of the mother-child connection in delineating and ancho-*

*ring a child's place in the family. Thus, these relationships are primary, privileged and should be protected above all others. In addition, omoya underscores the importance of motherhood as institution and as experience in the culture (ibid., p. 6-7).*

Portanto, para Oyewumi, a interpretação das realidades africanas baseada nas afirmações ocidentais da oposição homem/mulher e no decorrente privilégio masculino muitas vezes produz distorções na análise e na linguagem utilizada, já que as categorias sociais possuem padrões distintos. A autora adiciona alguns outros exemplos sobre como a categoria “gênero” é significada em formações sociais africanas distintas: na sociedade Igbo, há as filhas masculinas, e os maridos femininos; na sociedade Shona, algumas mulheres possuem status “patriarcal”, e são isentas de realizar trabalho “de mulheres”; na sociedade Akan, o porta-voz do chefe é referido como sendo “a esposa do chefe”, mesmo quando o chefe é uma mulher (reconhecida como o marido) e seu porta-voz um homem (“*this understanding clearly confounds the Western gendered understanding that the social role ‘wife’ is inherent in the female body*” [ibid., p. 7]); no reino do Daomé, os reis também “esposavam” homens – estabeleciam laços com líderes talentosos e artistas proeminentes baseados no idioma do casamento.

As informações apresentadas por Oyewumi carregam o entendimento que a categoria “mulher” deve ser vista sob novas análises, privilegiando as categorias das próprias sociedades africanas. Estes exemplos africanos apresentam vários desafios aos universalismos dos discursos de gênero feministas, pois as categorias africanas são altamente situacionais e não determinadas por um corpo específico e fixo. Para a autora, em muitas culturas africanas o idioma de

família e casamento é um modo de significar relações de patronagem que pouco tem a ver com a natureza dos corpos humanos. Em uma proposição e tipo de trabalho em muito parecido com o de Archie Mafeje, como veremos no capítulo 4, Oyewumi afirma que *“therefore analyses and interpretations of Africa must start with Africa. They should reflect specific cultural and local contexts, not imported, often colonial, ideas and concepts”* (ibid., p. 8).

Manthiba Phalane é professora na Universidade de Limpopo, na África do Sul, e escreveu um dos artigos do livro organizado por Paulin Hountondji sobre a articulação dos conhecimentos “modernos” e “endógenos” (HOUNTONDI, 2012). No seu texto intitulado “Localizar o gênero no discurso do desenvolvimento”, Phalane, pensando sobre a articulação entre essas duas problemáticas, afirma que a desigualdade de gênero abala a eficácia do discurso e das políticas de desenvolvimento, e que os debates sobre o desenvolvimento tendem a negligenciar o fato de que a desigualdade de gênero constitui uma questão nuclear do desenvolvimento e é, por si só, um objetivo de desenvolvimento. Para a autora, a centralidade do Estado nos projetos de desenvolvimento explica-se devido à preponderância masculina na redação dos documentos (PHALANE, 2012, p. 243-244).

Phalane destaca as limitadas identidades sociais e políticas disponíveis a serem reconhecidas para as mulheres africanas; segundo a autora, a única mulher que aparece nos textos dos Estados africanos é uma de origem humilde, eternamente pobre, geralmente grávida e sem poder. Isto dificulta, por exemplo, a consideração de pesquisas com novas propostas e abordagens.

Tive a oportunidade de estar presente na aula inaugural do trimestre do curso de An-

tropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (UNILAB), em março de 2016, ministrada pelo antropólogo cabo-verdiano, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Carlos Gomes dos Anjos. O professor Dos Anjos, em sua comunicação, abordou o tema que ele chamou de “agenda dos cuidados”, que se desdobra no fato de que o trabalho relacionado aos cuidados, e ele está pensando sobre o continente africano, é geralmente executado por mulheres e não é computado nas estatísticas sobre o mundo do trabalho. Se o fosse, afirmou Dos Anjos, o PIB do continente africano poderia aumentar em muitas vezes. Manthiba Phalane reporta-se a mesma questão, quando afirma que:

o trabalho das mulheres nem sequer é reconhecido nas estatísticas da economia mundial (um fato frequentemente declarado por políticos e investigadores). A investigação revela que apenas 50% das mulheres são economicamente ativas, apesar do fato de *todas* as mulheres trabalharem 14 horas ou mais por dia, quando comparadas com as 8 a 10 horas de trabalho atribuídas aos homens. Reconhecer estas realidades desiguais é uma questão de honestidade intelectual tanto para os investigadores como para os decisores políticos (ibid., p. 245, grifo no original).

A autora cita organizações feministas importantes que se constituíram no mundo todo a partir dos anos 70 e os encontros internacionais que promovem, mas, apesar de todos os progressos, ela afirma, no caso dos países africanos o que se constata é uma deterioração das condições das mulheres. Além disso, apesar de o discurso de defesa de gênero estar presente na esfera pública africana, as ativistas e acadêmicas compartilham “um sentimento de desilusão em relação ao que o discurso se tornou”, e frustram-se “com o essencialismo e a generalização que se abateram sobre a investiga-

ção e os debates, simplificando-se análises e colando-se as políticas de gênero e de desenvolvimento a slogans simplistas e redutores” (ibid., p. 245).

A literatura ocidental sobre desenvolvimento e gênero, com suas representações errôneas do continente africano e da vida das mulheres africanas; e as abordagens “tanto superficiais como instrumentalistas” das organizações independentes, muitas vezes guiadas apenas pelos interesses de pesquisa das entidades financiadoras, contribuem para este estado geral das pesquisas e discursos (ibid., p. 248). Outra questão apontada por Phalane é a falta de questionamento sobre a ideia de desenvolvimento: nas declarações e compromissos assinados, toma-se como “adquirida’ a conceitualização econômica ocidental do desenvolvimento”. Logo, para Phalane, as discussões sobre gênero e desenvolvimento tornaram-se “a-históricas, apolíticas e descontextualizadas”, mantendo assim intactas as relações de poder desiguais (ibid.).

A autora afirma que a integração dos conceitos de gênero e desenvolvimento nem sempre é bem compreendida pelos agentes políticos, e o que é necessário é a compreensão da heterogeneidade das mulheres, para quem as demais variáveis de identidade, como a idade, etnia, classe, religião, interação e interferem nas suas realidades (ibid., p. 251). No capítulo 4, quando tratarmos da experiência na África do Sul, veremos sobre a marcha do orgulho gay e contra a xenofobia organizada por um grupo de mulheres, da qual tive a oportunidade de participar na Cidade do Cabo.

O professor José Carlos dos Anjos também se pronunciou, na aula a que aludimos acima, sobre a relação entre a economia feminina dos cuidados e o paradigma do desenvolvimento do sistema capitalista oci-

dental, que ele chamou de desenvolvimentismo. Para Dos Anjos, o desenvolvimentismo carrega consigo um futurismo, pois é sempre uma promessa de algo que pode vir a se realizar no futuro. A sociedade feminina dos cuidados, ao contrário, tem suas preocupações ligadas ao presente. Dessa forma, repensar como o trabalho feminino de cuidados é tratado no capitalismo é questionar o próprio sistema. Para Dos Anjos, são possibilidades abertas pelas formações sociais africanas que mostram “a incompletude da descolonização como acontecimento prenhe de perspectivas” (informação verbal).

A socióloga senegalesa Fatou Sow é também um nome importante dentro do CODESRIA nas questões de gênero. Das feministas que citamos no início da seção, Sow era a única presente na Assembleia Geral do CODESRIA de 2015, e nela teve uma presença marcante e bastante participativa. Sow escreveu um texto para compor uma coletânea do CODESRIA sobre os estudos de gênero no interior das ciências sociais, cujo título – do seu artigo – é “*The social sciences in Africa and Gender Analysis*”, que vale a pena acompanharmos, pois coloca a maioria das questões fundamentais do debate de gênero, especialmente os problemas relacionados às mulheres rurais. Sow sublinha no início do texto que essa retomada do debate que ela se propõe fazer se dá a partir da literatura disponível em francês. E, além disso, insere um destaque também no início do texto para afirmar que lamenta pelos debates sobre as relações de gênero serem geralmente “desesperadamente agressivos”, em um ambiente intelectual predominantemente masculino (SOW, 1997, p. 32). Sow ainda denuncia que a mulher africana intelectual é aceita entre os “iniciados”, se ela se conformar ao discurso dominante, que pode tratar das questões mais variadas relativas

às ciências sociais; entretanto, se direcionar seu trabalho para as temáticas de gênero, receberá críticas que vão desde falta de rigor científico e objetividade, até a avaliação de que está contribuindo para perpetuar as percepções racistas ocidentais (ibid., p. 34).

Nesse texto escrito em 1997, Sow aponta que os estudos sobre mulheres e questões ligadas a gênero provêm especialmente de agências que promovem pesquisas e ONGs, mas que ainda não alcançaram suficientemente a academia. A socióloga afirma que é imperativo discuti-los nas salas de aula e nos debates políticos, a fim de possibilitar a construção de um outro tipo de desenvolvimento. Sow ressalta que introduzir a análise de gênero nas ciências sociais não é somente estudar mulheres como um grupo separado, mas sim questionar simultaneamente os papéis e o *status* de homens e mulheres na estratificação social (ibid.).

Fatou Sow retoma as diferentes perspectivas analíticas nos estudos de gênero, e critica os trabalhos dos anos 70 que se dedicaram a pensar o papel das mulheres e que são hoje consideradas clássicas, mas que as identificam sempre como mães e esposas, “mitificadas ou depreciadas” na esfera doméstica, e são cegas para a participação feminina em processos de aquisição de conhecimento, na economia ou em qualquer outra área (ibid., p. 35). Mas mesmo nos anos 60 e 70, a autora destaca, podem-se encontrar algumas raras pesquisas que se interessaram por outras atividades relacionadas às mulheres, na economia, na política e na religião, combatendo a visão estereotipada. Esses trabalhos já trazem as questões apontadas por José Carlos dos Anjos:

a invisibilidade das atividades essenciais executadas pelas mulheres; a sua ausência das estatísticas de trabalho, produção alimentar e econômica; a marginalização e ne-

gligência dessas atividades a despeito de sua importância na esfera social e econômica e a depreciação de seu papel e *status* nas transações microeconômicas. (ibid., p. 36).

Uma mudança no curso das pesquisas nota-se em virtude da influência do marxismo nas ciências sociais, a partir dos anos 70. O surgimento de uma nova problemática que trouxe à tona os temas dos novos modelos familiares, a interrogação feminista do capitalismo, do patriarcado, a apropriação social do trabalho das mulheres, incluindo o reprodutivo, os novos olhares para as relações de gênero e parentesco, trouxeram repercussões que também foram sentidas nos *African studies*, afirma Sow (ibid., p. 37).

No continente africano, relembra Sow, as lutas anticoloniais orientaram as mulheres em direção a perspectivas mais políticas do que feministas. Elas eram militantes nos partidos nacionalistas e na luta armada como vítimas oprimidas do poder colonial, sem fazer menção a sua opressão como mulheres. Como membros partidárias ativas, raramente questionaram o poder masculino e patriarcal encarnado nas figuras dos “pais da independência”, tais como Jomo Kenyatta, Sékou Touré e Léopold Sédar Senghor, entre outros. A postura das mulheres africanas era de rejeição ao discurso feminista europeu, acusado de querer estender sua experiência histórica ao continente africano. Ao decorrer dessa fase, as avaliações críticas trazidas pelos processos de independência abriram um espaço para o pensamento feminista que conseguiu, pelo menos na África francófona entre 1975 e 1980, como lembra Fatou Sow, levantar questões sobre a opressão social das mulheres, vivenciada nos casamentos forçados, nos casamentos infantis (com mulheres ainda crianças), na poligamia, na exigência da fertilidade, em pesadas tarefas

domésticas, na baixa frequência escolar e no desemprego (ibid., pp. 39-41).

Sow conta que em 1978 Awa Thiam, do Mali, lançou seu livro *“La Parole aux Négresses”*, que “estourou como uma bomba”, pois esta autora denunciava os males das excisões, da poligamia, da iniciação sexual e do clareamento da pele, afirmando que às mulheres era imposta uma luta dupla, contra as desigualdades de classe e gênero (ibid.). O livro foi criticado como pertencendo a uma variante africana da “teoria feminista burguesa”, mas progressivamente os debates sobre gênero foram-se inserindo nas ciências sociais africanas e na esfera pública, em uma “turbulenta evolução do pensamento intelectual e do debate político” que nos anos 70 esteve sob o tema de “Mulheres e Desenvolvimento”, e nos anos 80 e 90 foi alterado para “Gênero e Desenvolvimento” (ibid., p. 42).

Dentre os trabalhos que se destacam, Sow cita Leslie Omolara Ogundipe, que em 1987 ressaltou “as seis montanhas que pesam fortemente nas costas das mulheres”: a opressão externa, a herança da tradição, o atraso<sup>1</sup>, o homem, a raça e ela mesma. E também uma publicação de 1992 da ORSTOM – *Office de la recherche scientifique et technique outre-mer* – intitulada *Gender Relations and Development, Women and Society*, que na avaliação de Fatou Sow acarretou um salto epistemológico no conceito de gênero, por considerar imprescindível para o entendimento das mulheres do “Terceiro Mundo” a reflexão sobre as teorias feministas desenvolvidas nos vinte anos anteriores (ibid., pp. 38-42).

Sow cita as profissionais e ativistas – sem nomeá-las, no entanto – que inseriram a temática de gênero no interior da questão do desenvolvimento, elaborando projetos

direcionados a mulheres em organismos africanos e internacionais, como as Nações Unidas, a Organização da União Africana (OUA), as organizações não-governamentais internacionais e os órgãos públicos africanos; culminando com a conquista da escolha pela ONU da Década das Mulheres, entre 1975 e 1985.

A socióloga relembra, entretanto, que os planos de desenvolvimento continuam a definir as mulheres como donas-de-casa e a referir-se ao seu trabalho como “atividades domésticas”, perpetuando a imagem do homem como único provedor da família, quando, na realidade, em um contexto de crise econômica, o número de mulheres chefes de família aumenta e aumentou no continente africano. Assim forma-se uma realidade construída que podemos chamar de *feminização da pobreza*, pois as mulheres representam a maioria da população mundial pobre, em razão de seu trabalho ser geralmente não remunerado, subestimado ou mal pago (ibid., p. 43).

As feministas, como vemos, contribuem com a politização dos debates sobre o desenvolvimento, pois nas abordagens desenvolvimentistas as mulheres estão invariavelmente confinadas em setores marginais e secundários. O desenvolvimentismo assume uma significação política também quando legitima e reforça as estruturas de dominação e a autoridade estatal sobre as mulheres. Trazemos uma citação utilizada por Fatou Sow em seu texto, mais uma vez lembrando a economia dos cuidados abordada pelo antropólogo José Carlos dos Anjos:

*to begin with, let us not forget one thing: women were also integrated into the old strategy of development. Their unpaid or low paid labour as farm workers, as housewives had also been the base of what has been called modernization in developing*

<sup>1</sup> *Backwardness*, no original.

*countries. But this labour had remained invisible; it provided a lot of the subsistence basis on which male-labour could emerge. It subsidized the male wage (Deere, 1976). But now something else was meant, 'integrating women into development' means, in most cases, getting women to work in some so-called income-generating activities, that is, to enter market-oriented production, it does not mean that women should expand their subsistence production, that they should try to get more control over land and produce more for their own consumption, more food, more clothes, etc..., for themselves. Income in this strategy means money income. And money income can be generated only if women produce something which can be sold in the market. As purchasing power among poor Third World women is low, they have to produce something for people who have this purchasing power. And such people live in the cities in their own countries, or they in the western countries. This means that the strategy of integrating women's work into development also amounts to export-or market-oriented production. Poor Third World women produce not what they need, but what others can buy (Mies 1986:118). (SOW, 1997, p. 44).*

A seguir, no seu artigo, Fatou Sow traz uma definição de gênero da historiadora branca estadunidense Joan Scott (gênero é “*the fundamental relation between two proposals: gender is an integral part of social relations based on perceived differences between the sexes, and gender is one of the first ways of signifying power relations*” [Scott apud SOW, 1997, p. 45]), e notamos que as feministas negras dos Estados Unidos não aparecem em seu texto em referências ou comentários.

A socióloga senegalesa faz a defesa dos princípios das teorias feministas, afirmando que as análises de gênero não rejeitam outras variáveis, tais como o contexto histórico, econômico e político, a pertença cultural,

etéria e de classe, ao contrário da crítica feita pelas pesquisadoras e pesquisadores africanos e do Terceiro Mundo: “*whether Marxist or not, many of them still consider women's liberation as having arise from a false Eurocentric feminist debate transferred to the continent via political and economic liberation*” (ibid., p.45). A análise de gênero não é um estudo das mulheres como um grupo social tampouco como um grupo homogêneo; trata-se especialmente da análise de grupos sociais como entidades sexualmente investidas, que através dessa variável acessam diferentemente recursos, conhecimento, tecnologias, poder social e familiar, etc., afirma Sow.

A análise de gênero, portanto, alinha-se bem a uma abordagem militante, afirma Sow, pois o reconhecimento das desigualdades de gênero carrega consigo, inseparavelmente, a necessidade de transformá-las.

*It assumes that we recognize not only inequality, but its inherently social nature as well. Men and women are the products of their culture, their values and their history. As Simone de Beauvoir wrote more than fifty years ago, 'We are not born women, we become then' (De Beauvoir 1942). This remark is equally applicable to men. (ibid.)*

Sow chama a atenção para o fato que as relações entre os seres humanos são sempre baseadas em disputas de poder, construídas sobre autoridade, conflito, negociação e diálogo. Mas que, seja no Sul ou no Norte, as mulheres tendem sempre a ter relações desiguais com os homens. Nesse ponto do texto, Sow volta a tratar sobre as questões que envolvem as mulheres dentro do quadro dos projetos de desenvolvimento, questionando se os planos e planificações levaram em consideração as relações sociais e desiguais entre homens e mulheres e se contribuíram para efetivar as mudanças necessárias. A au-

tora afirma que “*we know that the biggest criticism has rightly been the need to reconstruct the cultural models of the African tradition*” (ibid., p. 46), mas não explana sobre o que seria e como seria essa “reconstrução”.

Sow repete que a pesquisa com análise de gênero não escapa de ser uma pesquisa compromissada, com um objetivo político, e que as análises de gênero revelam os mecanismos de dominação que pesam sobre as mulheres e as armam com ferramentas para lutar contra a opressão. Uma de suas críticas é contra a característica sexista e viricêntrica historicamente presente nos campos da ciência e do conhecimento.

Nas zonas rurais, Sow chama a atenção, um dos problemas principais está no fato de que “são homens falando com homens”: os técnicos, os agricultores e os trabalhadores rurais, “que ignoram ou dificilmente consideram o impacto das posições de gênero nos seus estudos e atividades práticas” (ibid.). Precisa-se de “uma dose de consciência de gênero” nas práticas para o desenvolvimento, para que, inclusive, os projetos obtenham sucesso. Sow novamente ressalta que os núcleos familiares (*households*) chefiados por mulheres aumentam cada vez mais, também nas zonas rurais, em função do exôdo masculino crescente na época. “Quantos projetos rurais falharam em decorrência do papel dos sexos na produção, especialmente nos setores predominantemente femininos, ter sido ignorado”, questiona a socióloga? (ibid., pp. 48-49).

Apesar das pesquisas mostrarem que suas condições de vida permanecem as piores de todos os índices sociais, as mulheres estão tendo cada vez mais iniciativas que resistem ao sistema de dominação, afirma Sow. Entretanto, há diferenças explícitas, como por exemplo, as que se podem notar entre

as hortas ‘de mulheres’ e as áreas irrigadas ‘dos homens’. As primeiras, mesmo com os esforços das organizações de ajuda, não se beneficiam dos mesmos equipamentos e treinamentos das últimas. Isto leva a uma inefetividade e baixa produtividade notórias (ibid., p. 51).

O acesso a terra é uma questão central, pois ele determina o *status* social e o padrão de vida das comunidades rurais, para quem a terra é a principal fonte de renda e subsistência, explica Sow. A questão da propriedade de terra está sempre presente, pois nunca antes o continente africano foi tão envolvido por projetos de desenvolvimento quanto no período a que a socióloga se refere, com a intervenção de empresas ligadas a agricultura, reflorestamento, pecuária, energia, construção de barragens, programas de segurança alimentar, entre outros. No caso das mulheres, o acesso a terra ainda depende das relações de autoridade e subordinação no meio familiar (ibid., p. 52-53). O papel das mulheres nas questões agrárias é preeminente, afirma Sow, mas “suas funções são obscurecidas pela organização hierárquica nas relações de gênero no interior do seu núcleo familiar” (ibid., p. 54).

Sow encaminha sua análise para o final, reafirmando o quanto as análises de gênero renovam os debates em muitas áreas, e de forma especial no debate sobre democracia. Quando toca no ponto dos direitos humanos, a autora ressalta uma das mais “sensíveis questões” que afetam as mulheres, que o é controle do corpo, da sexualidade e da fertilidade. “O poder masculino ainda reside largamente no controle e apropriação da fertilidade das mulheres”, afirma Sow (ibid., p. 56). As mulheres, no continente africano, não conseguirão controlar o número de nascimentos “enquanto as pressões culturais, religiosas, ideológicas e políticas continua-

rem a pesar sobre elas” (ibid., p. 57), e enquanto forem condicionadas a se sentir culpadas se a sua fertilidade não corresponde ao que a sociedade espera delas (ibid.).

Fatou Sow conclui o seu texto propondo a questão sobre o desenvolvimento que até então não fora colocada: de que desenvolvimento estamos falando? Que desenvolvimento queremos? Uma das críticas existentes é a de o discurso e as práticas desenvolvimentistas estarem utilizando as mulheres para se condicionarem a seus propósitos, mobilizando-as em campanhas de controle da taxa de natalidade, vacinação, recomendações nutricionais, poluição ambiental e reflorestamento.

Esse pequeno recorte da produção das cientistas sociais e feministas africanas pretendeu jogar luz em algumas das questões candentes para as mulheres das diferentes sociedades africanas, mas que por vezes ficam obliteradas tanto no campo dos estudos africanos como no campo dos estudos de gênero, este último focado nas problemáticas vindas das experiências ocidentais. A minha expectativa é que estimule a continuidade e o adensamento das pesquisas feitas no Brasil sobre as questões de gênero no continente africano, que para tal necessita de um esforço conjunto das pesquisadoras e pesquisadores para a circulação das bibliografias, especialmente as produzidas pelas cientistas sociais africanas.

## Referências bibliográficas

AMSELLE, Jean Loup. **L’Occident décroché. Enquête sur les postcolonialismes**. Paris: Stock, 2008.

CIRNE, Michelle. **A produção de ciências sociais no continente africano e a agência do CODESRIA**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HOUNTONDJI, Paulin (org). **O Antigo e o Moderno. A produção do saber na África contemporânea**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2012.

IMAN, A.; MAMA, A.; SOW, F (eds.). **Engendering African Social Sciences**. Dakar: CODESRIA Book Series, 1997.

OYEWUMI, Oyeronke. “Conceptualising gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies”. In: **African gender scholarship: concepts, methodologies and paradigms**. Dakar: CODESRIA Gender Series 1, 2004.

PHALANE, Manthiba. “Localizar o gênero no discurso do desenvolvimento”. In: Hountondji, Paulin (org). **O Antigo e o Moderno. A produção do saber na África contemporânea**. Luanda: Edições Mulemba; Mangualde: Edições Pedagogo, 2012.

SOW, Fatou. “The social sciences in Africa and gender analysis”. In: Iman, A.; Mama, A.; Sow, F (eds.). **Engendering African Social Sciences**. Dakar: CODESRIA Book Series, 1997.

Recebido em: 13/06/2017

Aprovado em: 20/08/2017